

Sumário

Abreviaturas.....	25
-------------------	----

Parte I **Noções de Direitos Humanos**

1. Noções sobre o conteúdo e significado dos Direitos Humanos..	27
1.1. Antecedentes históricos e gênese	27
1.2. O conceito de Direitos Humanos	40
1.3. Características dos Direitos Humanos.....	42
1.4. Classificação dos direitos humanos.....	51
1.5. Desenvolvimento dos Direitos Humanos.....	61
2. A tutela internacional da pessoa humana: Direito Internacional Humanitário, Direito Internacional dos Refugiados e o Tribunal Penal Internacional.....	62
2.1. O Direito Internacional Humanitário.....	62
2.2. O Direito Internacional dos Refugiados	65
2.3. O Tribunal Penal Internacional (TPI) e os Direitos Humanos...	66

Parte II **O Sistema Internacional** **de Proteção dos Direitos Humanos**

3. O Sistema Universal de Proteção (I): A Declaração Universal de Direitos Humanos	79
3.1. Conceitos básicos de Direito Internacional.....	79
3.1.1. Novos sujeitos de Direito Internacional	79
3.1.2. Fontes do Direito Internacional	81
3.1.3. Norma imperativa de Direito Internacional Geral	85
3.1.4. Questão doutrinária	88
3.1.5. Sistemas de proteção	94

3.2.	A Declaração Universal dos Direitos Humanos	96
3.3.	Mecanismos de implementação não convencionais.....	118
4.	O Sistema Universal de Proteção (II): Os Pactos Internacionais de Direitos Humanos no Sistema ONU	125
4.1.	Formação do PIDCP e PIDESC.....	125
4.2.	O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP).....	139
4.3.	O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	216
4.4.	Disposições finais dos Pactos com conteúdo em comum.....	239
4.5.	Tratados e protocolos complementares.....	244
5.	O Sistema Interamericano de Proteção: O Pacto de San José da Costa Rica	280
5.1.	Direitos Humanos regionais.....	280
5.2.	A Organização dos Estados Americanos (OEA).....	285
5.3.	O sistema de proteção regional de Direitos Humanos conforme a carta da OEA.....	287
5.4.	O Pacto de San José da Costa Rica	290
5.5.	Mecanismos de implementação.....	355
5.5.1.	A Comissão interamericana de Direitos Humanos (CIDH).....	357
5.5.2.	A Corte Interamericana de Direitos Humanos	393
5.6.	Tratados complementares	421
5.7.	Proteção internacional da identidade de gênero no âmbito regional.....	430
5.8.	A proteção da mulher no sistema regional: Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – "Convenção de Belém do Pará"	432

Parte III

Estudo Complementar

6.	O Direito Internacional dos Direitos Humanos e sua aplicação pelo direito brasileiro.....	443
6.1.	A incorporação dos tratados de Direitos Humanos na perspectiva da Constituição Federal de 1988.....	444

6.1.1.	O cenário antes da Emenda Constitucional n.º 45/2004.....	444
6.1.2.	A posição do STF	446
6.1.3.	A Emenda Constitucional n.º 45/2004	447
6.2.	Federalização dos crimes contra os direitos humanos – Incidente de deslocamento de competência (IDC).....	457
6.3.	Controle de convencionalidade e sua recepção pelo poder judiciário brasileiro	471
6.4.	O Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH (Lei federal n. 12.986/2014).....	481
6.5.	Lei da Reforma psiquiátrica (Lei federal n. 10.216, de 6 de abril de 2001).....	493
6.6.	Inovações normativas recentes.....	505
7.	Casos envolvendo o estado brasileiro na corte interamericana de Direitos Humanos.....	507
7.1.	Caso Ximenes Lopes vs. República Federativa do Brasil – 2005 (exceções preliminares) e 2006 (mérito).....	507
7.2.	Caso Nogueira de Carvalho e Outro vs. Brasil – 2006.....	511
7.3.	Caso Escher e outros vs. Brasil – 2009	512
7.4.	Caso Garibaldi vs. Brasil – 2009.....	516
7.5.	Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil – 2010.....	518
7.6.	Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil – 2016.....	524
7.7.	Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil – 2017	528
7.8.	Caso do Povo Indígena Xucuru e seus membros vs. Brasil – 2018.....	535
7.9.	Caso Herzog e outros vs. Brasil – 2018.....	538
7.10.	Caso Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e seus Familiares Vs. Brasil - 2020.....	543
8.	Sinopse das Opiniões Consultivas/Pareceres Consultivos (OCs)	547
8.1.	Opinião consultiva OC-1/82 de 24 de setembro de 1982 – “outros tratados” objeto da função consultiva da Corte (art. 64 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos)....	547

8.2.	Opinião consultiva OC-2/82 de 24 de setembro de 1982 – o efeito das reservas sobre a entrada em vigor da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (arts. 74 e 75).....	548
8.3.	Opinião consultiva OC-3/83 de 8 de setembro de 1983 – restrições à pena de morte (arts. 4.2 e 4.4 Convenção Americana sobre Direitos Humanos).....	550
8.4.	Opinião consultiva oc-4/84 de 19 de janeiro de 1984 – proposta de modificação à constituição da Costa Rica relacionada com a naturalização.....	551
8.5.	Parecer consultivo OC-5/85 de 13 de novembro de 1985. O registro profissional obrigatório de jornalistas (artigos 13 e 29 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos).....	553
8.6.	Opinião consultiva OC-6/86 de 9 de maio de 1986 – a expressão “leis” no artigo 30 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.....	554
8.7.	Parecer consultivo OC-7/86 de 29 de agosto de 1986 – exigibilidade do direito de retificação ou resposta (artigos 14.1, 1.1 e 2 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos).....	555
8.8.	Opinião consultiva OC-8/87 de 30 de janeiro de 1987 – o <i>habeas corpus</i> sob suspensão de garantias (arts. 27.2, 25.1 e 7.6 Convenção Americana sobre Direitos Humanos).....	556
8.9.	Opinião consultiva OC-9/87 de 6 de outubro de 1987 – garantias judiciais em estados de emergência (arts. 27.2, 25 e 8 Convenção Americana sobre Direitos Humanos).....	558
8.10.	Opinião consultiva OC-10/89 de 14 de julho de 1989. Interpretação da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem no marco do artigo 64 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.....	559
8.11.	Opinião consultiva OC-11/90 de 10 de agosto de 1990 – exceções ao esgotamento dos recursos internos (arts. 46.1, 46.2.A e 46.2.B Convenção Americana sobre Direitos Humanos).....	560
8.12.	Opinião consultiva OC-12/91 de 6 de dezembro de 1991 – compatibilidade de um projeto de lei com o artigo 8.2.H da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.....	562

8.13. Opinião consultiva OC-13/93 de 16 de julho de 1993 – certas atribuições da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (arts. 41, 42, 44, 46, 47, 50 e 51 da Convenção Americana Sobre Direitos Humanos).....	563
8.14. Opinião consultiva OC-14/94 de 9 de dezembro de 1994 – responsabilidade internacional pela expedição e aplicação de leis violadoras da convenção (arts. 1 e 2 Convenção Americana sobre Direitos Humanos).....	564
8.15. Opinião consultiva OC-15/97 de 14 de novembro de 1997 – “relatórios da Comissão Interamericana de Direitos Humanos” (art. 51 Convenção Americana sobre Direitos Humanos).....	565
8.16. Parecer consultivo OC-16/99 de 1º de outubro de 1999 – “o direito à informação sobre a assistência consular no marco das garantias do devido processo legal”	567
8.17. Opinião consultiva OC-17/2002 de 28 de agosto de 2002 – condição jurídica e Direitos Humanos da Criança.....	570
8.18. Parecer consultivo OC-18/03 de 17 de setembro de 2003 – a condição jurídica e os Direitos dos Migrantes Indocumentados.....	571
8.19. Opinião consultiva OC-19/05 de 28 de novembro de 2005 – controle de legalidade no exercício das atribuições da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (arts. 41 e 44 a 51 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos).....	573
8.20. Opinião consultiva OC-20/09 de 29 de setembro de 2009 – artigo 55 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos	574
8.21. Parecer consultivo OC-21/14 de 19 de agosto de 2014 – Direitos e Garantias de Crianças no contexto da migração e/ou em necessidade de proteção internacional.....	576
8.22. Opinião consultiva OC-22/16 de 26 de fevereiro de 2016 – Titularidade de Direito das Pessoas Jurídicas no Sistema Interamericano de Direitos Humanos (interpretação e alcance do artigo 1.2, em relação com os artigos 1.1, 8, 11.2, 13, 16, 21, 24, 25, 29, 30, 44, 46 e 62.3 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assim como o artigo 8.1.A e B do Protocolo de San Salvador).....	580

8.23. Opinião consultiva OC-23/17 de 15 de novembro de 2017 – Meio Ambiente e Direitos Humanos (obrigações estatais em relação ao Meio Ambiente no marco da Proteção e Garantia dos Direitos à Vida e à Integridade Pessoal – interpretação e alcance dos artigos 4.1 e 5.1, em relação aos artigos 1.1 e 2 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos).....	582
8.24. Parecer consultivo OC 24/17 de 24 de novembro de 2017 – Identidade de gênero, igualdade e não discriminação a casais do mesmo sexo – Obrigações estatais em relação à mudança de nome, à identidade de gênero e aos direitos derivados de um vínculo entre casais do mesmo sexo (interpretação e alcance dos artigos 1.1, 3º, 7º, 11.2, 13, 17, 18 e 24, em relação ao artigo 1º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos)	585
8.25. Opinião consultiva OC-25/18 de 30 de maio de 2018 – a instituição do asilo e seu reconhecimento como Direito Humano no Sistema Interamericano de Proteção (interpretação e alcance dos artigos 5, 22.7 e 22.8, em relação com o artigo 1.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos).....	589
8.26. Opinião Consultiva OC-26/20 de 9 de novembro de 2020 – A denúncia da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e a Carta da Organização dos Estados Americanos e seus efeitos sobre as obrigações estatais em matéria de direitos humanos (Interpretação e alcance dos artigos 1, 2, 27, 29, 30, 31, 32, 3 a 65 e 78 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e 3.I), 17, 45, 53, 106 e 143 da Carta da Organização dos Estados Americanos	591
9. Para aprofundar.....	594
9.1. Leitura recomendada.....	594
9.2. Sites de interesse.....	595
Referências Bibliográficas.....	597